

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2014

Nos termos da lei e dos Estatutos o Conselho Fiscal desta Associação vem submeter à apreciação da Assembleia de Associados o seu parecer sobre as contas apresentadas pela Direção, relativas ao exercício de 2014.

Da nossa análise às contas, resultaram os seguintes factos:

1. O património da AMPO, reportado a 31 de dezembro de 2014, é essencialmente constituído por valores imobiliários, equipamentos móveis e equipamentos de transporte, avaliados, contabilisticamente, em cerca de 1.341.825€. Este valor integra o equipamento denominado de “Lar da Nossa Senhora da Nazareth”, o qual se encontra registado por cerca de 1.280.570€.
2. Considerados os apoios financeiros, empréstimos e donativos de particulares registados após a entrada em funções da nova direção, o património líquido (valor dos ativos subtraídos dos compromissos financeiros assumidos) ascende a cerca de 983.168€.
3. Verifica-se a cobertura de ativos não correntes com recurso a financiamento externo cuja exigibilidade põe em causa a capacidade de solver os compromissos assumidos. Os valores ativos realizáveis ascendem a 64.932€ enquanto o passivo, exigível a curto prazo, totaliza 182.929€. Do exposto resulta um fundo de maneo negativo que ascende a cerca de 117.997€.
4. O passivo de médio e longo prazo diz respeito ao financiamento do BBV, o qual se tornará parcialmente exigível, no montante equivalente às amortizações de capital a efetuar em 2015, através de prestações mensais que ascendem a cerca de 3.500€ (juros incluídos).
5. Em termos económicos constatamos que a instituição depende de forma muito significativa dos subsídios que consegue obter, os quais constituem a sua base de sustentação.
6. Os gastos anuais ascenderam a cerca de 356.906€. Deste montante, destaca-se o valor dos gastos com o pessoal que representa cerca de 61%, bem como o valor dos juros que corresponde a cerca de 14% do total dos gastos acima indicado.
7. Os rendimentos atingem o montante de 446.527€. Saliencia-se que a parte referente a rendimentos próprios representa 36.8% e que aos subsídios e doações corresponde o remanescente.

Tendo em conta os principais aspetos acima referidos, recomenda-se:

1. Uma análise que permita a identificação de soluções que visem: aumentar o volume de receitas próprias, melhorar os níveis de eficiência quanto aos recursos utilizados e, diminuir a dependência de subsídios através do reforço da autonomia financeira, para proceder a investimentos centrados na melhoria de qualidade do serviço social prestado pela AMPO.
2. A previsão da situação financeira para 2016, uma vez que a partir desse ano prevê-se o aumento do valor das amortizações de empréstimos, com implicações diretas no exigível a curto prazo, para além do aumento dos gastos operacionais decorrentes das iniciativas programadas para desenvolver a capacidade de resposta social.
3. A previsão da situação económica para 2016, uma vez que aumentará o valor das amortizações, fazendo com que os resultados sejam significativamente afetados se as taxas de rendibilidade não sofrerem alteração. Além do mais, com o funcionamento de novas valências, impõe-se um estudo detalhado das condições económicas e da respetiva viabilidade.

Para além do acompanhamento, observação e fiscalização efetuada no final do exercício, este Conselho Fiscal analisou as Contas apresentadas pela Direção e concluiu que as mesmas satisfazem os requisitos legais, traduzem fielmente a situação financeira da Instituição e demonstram a forma correta, prudente e realista, como a Direção pautou a sua conduta no período de exercício do seu mandato, o qual se revelou muito difícil, dada a situação em que a instituição se encontrava, evidenciando total incapacidade para fazer face aos compromissos assumidos, com repercussões a nível operacional.

Pelas razões sucintamente expostas o Conselho Fiscal é de parecer que:

1. Sejam aprovadas as Contas de Exercício referentes ao ano de 2014 da AMPO – Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro.
2. Seja atribuído um voto de louvor à Direção e aos seus colaboradores diretos, como forma de reconhecimento, confiança e incentivo, pela ação profícua, realista e entusiasta com que enfrentam os problemas e contribuem para a melhoria qualitativa dos serviços prestados aos utentes, preservando a sustentabilidade económica e financeira da instituição.

Oliveira de Azeméis, 23 de março de 2015

O Conselho Fiscal

Presidente: João Mesquita

1º Vogal: Jaime Marques

2º Vogal: La-Salette Vieira